



Senadores miram jornalista da *Veja*, Delta e governadores

Para Fernando Collor, CPI deve investigar relações do contraventor com jornalistas. Já Pedro Simon cobrou a convocação de dirigentes da empreiteira Delta e de três governadores. **2**

Cachoeira terá que depor hoje à CPI, decide STF

Supremo Tribunal Federal negou ontem pedido de novo adiamento feito pelos advogados do contraventor, que poderá ficar calado na audiência devido à sua condição de investigado. Outros três convocados também pedem mais prazo

O prazo de três semanas para analisar os documentos da investigação foi negado ontem à defesa de Carlinhos Cachoeira pelo ministro do STF Celso de Mello,

que semana passada havia autorizado que ele tivesse acesso aos dados, gerando o adiamento para hoje da audiência marcada para o dia 15.

Outros três convocados para depor,

suspeitos de pertencer à organização criminosa que Cachoeira é acusado de comandar, também querem adiar seus comparecimentos à CPI, usando os mesmos argumentos. **2**

Juristas querem mais rigor contra quem vazar dados

A comissão de juristas encarregada de elaborar proposta de novo Código Penal decidiu ontem sugerir penas mais duras para quem vazar conteúdo de

escutas telefônicas ou dados protegidos por lei ou segredo de Justiça. O colegiado também vai propor um capítulo específico para os crimes na internet. **3**



Gerardo Muga/Agência Senado

Senador Paim (C) conduz debate na CDH ao lado de José de Jesus (Pastoral Carcerária) e Sandra Carvalho (Justiça Global)

Especialista cobra sistema contra tortura

Em debate ontem na CDH, a diretora para a América Latina da Associação para Prevenção da Tortura, Sylvia Dias, cobrou do Brasil a implantação de sistema de

monitoramento do problema em centros de detenção. Segundo ela, medida devia ter sido adotada em janeiro de 2008, em cumprimento a acordo internacional. **8**

Senadores pedem ampliação da Defensoria Pública **3**



Márcia Kalume/Agência Senado

Gonçalves e Nabor Bulhões na comissão: pena não atingiria imprensa



Lia de Paula/Agência Senado

Cristovam Buarque participa de debate na Comissão de Relações Exteriores coordenado por Fernando Collor

Debatedores veem chance para Brasil na Rio+20

Especialistas afirmam na CRE ser fundamental que a Rio+20 reconheça os limites do planeta para desenvolver mecanismos

de desenvolvimento sustentável. Para eles, o Brasil poderá afirmar seu ponto de vista pela preservação da Terra. **7**

especial Cidadania

Novo cálculo da poupança recebe 24 sugestões de aprimoramento

Congresso tem até 1º de julho para aprovar ou rejeitar a medida provisória sobre a rentabilidade e hoje faz audiência, para esclarecimentos, com o minis-

tro da Fazenda. Nas ruas, a população demonstra boa aceitação das novas regras, que estão valendo desde o dia 4 com o objetivo de facilitar a queda de juros no país. **4 e 5**

MP que incentiva a produção de álcool tranca a pauta do Plenário **6**

Pedido de novo adiamento do depoimento do contraventor foi negado ontem pelo Supremo Tribunal Federal. Outros três convocados também querem prazo de três semanas

STF decide que Cachoeira vai depor hoje à CPI

O SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) negou ontem pedido de novo adiamento do depoimento do contraventor Carlinhos Cachoeira à CPI mista que investiga suas relações com agentes públicos e privados. Na condição de investigado, Cachoeira terá o direito de ficar calado. Os advogados queriam mais três semanas para analisar o processo, mas o benefício foi rejeitado pelo ministro Celso de Mello. Semana passada o ministro havia autorizado o adiamento do depoimento que aconteceria dia 15, para a defesa poder consultar os dados no inquérito. O acesso foi liberado pela CPI no dia seguinte à decisão do STF.

Outros três convocados também encaminharam à CPI pedido para adiar seus depoimentos por pelo menos três semanas: Jairo Martins de Souza, Idalberto Matias de

Araújo (o Dadá) e José Olímpio de Queiroga Neto, suspeitos de pertencer à organização criminosa de Cachoeira. O depoimento deles está marcado para quinta-feira.

Assim como fez a defesa de Cachoeira, o advogado dos convocados, Leonardo Picoli Gagno, alega que não houve tempo hábil para analisar as mais de 20 mil páginas dos autos. Ele também quer mais cópias dos processos para que os defensores possam manusear o conteúdo no escritório.

Direito ao silêncio

Outra questão levantada pelo advogado é se seus clientes são investigados ou testemunhas. Como acusados, terão direito de ficar em silêncio para não se incriminar. No caso de serem testemunhas, ainda há controvérsia quanto ao direito ao silêncio, motivo pelo qual foram concedidos

habeas corpus preventivos em CPIs anteriores.

O advogado requer, caso os três sejam considerados acusados, o direito de que tenham defensores nas audiências. Se a CPI considerar que são testemunhas, o requerimento é para que não tenham de assinar termo de compromisso para dizer a verdade e que tenham o direito de permanecer calados.

O sargento da Aeronáutica Dadá é suspeito de arregimentar policiais para as atividades criminosas e de ser “araponga” do grupo, mesma atividade atribuída a Jairo Martins de Souza. Já José Olímpio de Queiroga Neto é apontado como gerente da organização no Entorno do Distrito Federal. Os três foram presos em fevereiro na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, que também resultou na prisão de Cachoeira.



O contraventor alega direito a ficar calado na audiência de hoje, por ser investigado pela CPI

J. Freitas/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Medidas provisórias

14h Duas medidas provisórias trancam a pauta de votação: 555/11, que prorroga o contrato de gestão entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto; e 554/11, que permite ao governo criar uma linha de crédito para estocagem de álcool combustível (etanol) com recursos da Cide-Combustível.

PRESIDÊNCIA: Galeria do STJ

16h José Sarney preside sessão plenária. Às 18h, participa de solenidade de colocação de fotografia do ministro Cesar Asfor Rocha na galeria de presidentes do STJ. O evento ocorre no Salão Nobre do Edifício dos Plenários do STJ.

CMA: Cidades sustentáveis

8h30 Audiência pública para debater a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), com ênfase em cidades sustentáveis. Foi convidado o representante do Movimento Nossa Brasília, Eduardo Rombauer. Após a audiência, a CMA analisa projeto que prevê o uso de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para financiar a recuperação de áreas degradadas.

CAS: Fundo de pensão Aerus

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social debate a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o Fundo de Pensão Aerus. O advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, é um dos convidados.

CONSELHO DE ÉTICA: Demóstenes

9h Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para ouvir o depoimento de Ruy Cruvinel, indicado pela defesa do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), que responde a processo disciplinar perante o colegiado por suposto envolvimento com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, acusado de explorar jogos ilegais e fraudar licitações.

CAE: Nova poupança

9h30 Na pauta, mensagem do Poder Executivo que autoriza crédito externo no valor de até US\$ 1,148 bilhão, entre o estado de São Paulo e o BID, em apoio ao Projeto Rodoanel Mario Covas — Trecho Norte. Às 10h, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fala da economia e das novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança.

CE: Bolsa-artista

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que permite o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (Prouni), e o que institui a bolsa-artista.

CPI: Carlinhos Cachoeira depõe

14h Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ouve Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal sob a acusação de comandar rede de jogos ilegais.

AVIAÇÃO CIVIL: Visão dos sindicatos

14h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, vinculada à Comissão de Serviços de Infraestrutura, discute a visão dos sindicatos e das associações em relação ao setor. A audiência pública faz parte do ciclo de debates sobre políticas públicas para a aviação civil.

CPI DA MULHER: Requerimentos

14h A comissão que investiga a violência contra a mulher se reúne para votar requerimentos, entre eles pedidos de informação a governos estaduais, ao Ministério Público, à Justiça e convocações de autoridades.

PARLASUL: Validação de diplomas

15h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina projeto que estabelece procedimentos para admissão de títulos universitários para exercício de atividades acadêmicas nos países integrantes do Mercosul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Pedro Simon diz que CPI deixa Congresso numa "situação ridícula"

Simon critica comissão por não chamar governadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a CPI do Cachoeira por não convocar o ex-presidente da empreiteira Delta Fernando Cavendish e os governadores do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB).

Ele afirmou que a CPI virou um “deboche e está colocando o Congresso Nacional numa situação ridícula perante a sociedade”.

— As charges que se estão publicando do Congresso são ofensivas a ponto de se entrar na Justiça protestando. Vai perder, porque a charge é verdadeira, diz o que está acontecendo.

Simon lembrou que a CPI foi criada a partir de “denúncias comprovadas por investigações da Polícia Federal”. Apesar disso, reclamou Simon, os integrantes da CPI alegam faltarem provas para convocar representantes da empreiteira Delta e os três governadores.

O senador sugeriu que se faça uma força tarefa para fazer o que a CPI não estaria fazendo. Algumas das ações propostas por ele são de investigação na empreiteira Delta com o bloqueio dos bens dos proprietários e dos seus sócios, a investigação da evolução dos bens dos parentes e dos cônjuges, a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e a retenção dos passaportes.

— O presidente da Delta se licencia, larga o cargo e vai se transferir para Nova York, vai botar uma firma lá e tudo continua igual.

O senador Pedro Simon também pediu ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, que mobilize a instituição para exigir uma investigação isenta sobre o escândalo.

Collor: relações de revista com contraventor devem ser esclarecidas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Collor quer depoimento de diretor da revista *Veja*

Fernando Collor (PTB-AL) defendeu os depoimentos do dono da editora Abril, Roberto Civita, do diretor da revista *Veja* em Brasília, Policarpo Junior, e do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, à CPI do Cachoeira.

De acordo com o senador, está em curso uma “tentativa de manipulação” para fazer a sociedade acreditar que há uma “campanha de cerceamento à liberdade de imprensa e de controle dos meios de comunicação, simplesmente por se tentar investigar ligações da revista *Veja* com o crime organizado, por se tentar ouvir o jornalista Policarpo Junior e o senhor Roberto Civita numa CPI”.

— Nada mais retrógrado, dissimulado e miasmático do que a velha e conhecida tática de desviar o foco do debate para encobrir a realidade — afirmou.

Collor disse haver “fortes indícios” de que a revista vem “mantendo ligações escusas e suspeitas com uma organização criminosa, por meio de troca de favores, por meio de troca de informações, por meio de tráfico de influência”.

Para o senador, é preciso ficar claro até que ponto há uma “coabitação perniciosa que extrapola uma mera relação jornalista-fonte”. Ele afirmou que investigar “essa coabitação” não tem nada a ver com cerceamento à liberdade de imprensa.

— Falamos de crimes, e não de ferir a livre manifestação — afirmou.

Collor defendeu o comparecimento espontâneo de Policarpo e de Civita à CPI, para que convençam a opinião pública de que “tudo não passa de uma relação típica da lide jornalística, como alegam”.

Comissão encarregada de proposta de novo Código Penal sugere pena de dois a cinco anos de prisão para quem vazar conteúdo de escuta telefônica protegido por lei

Mais rigor contra vazamento de informações

A COMISSÃO ESPECIAL de juristas designada pelo Senado para propor um novo Código Penal aprovou ontem a sugestão de pena de dois a cinco anos de prisão para quem vazar conteúdo de escuta telefônica ou dados telemáticos protegido por lei ou segredo de Justiça. Atualmente, a pena prevista é de dois a quatro anos de prisão.

Os juristas propõem, ainda, que a pena seja aumentada de um terço até a metade, se os dados forem divulgados pela imprensa, rádio, televisão, internet ou qualquer outro meio que facilite a propagação. O aumento se estenderá a quem se valer do anonimato ou de nome falso para propagar o segredo.

Após a reunião, o relator da comissão, procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, esclareceu que o objetivo é atingir com mais força a pessoa que detém a informação sigilosa e repassa para terceiros. Ele garantiu que a intenção não é penalizar a imprensa ou o jornalista por noticiar o segredo que lhe foi transferido.

— Para tranquilizar a todos, o objetivo não é cercear de nenhuma maneira o trabalho da imprensa. Tanto que foi colocado que se trata da divulgação sem justa causa. Portanto, é aquela pessoa que é detentora do segredo e repassa para terceiros. A conduta não é da imprensa que noticia — explicou.

De acordo com o relator, atualmente a quebra do sigilo de informações protegidas é abordada em lei específica (9.296/96). O texto estabelece pena de dois a quatro anos para quem também realizar ou determinar a realização



O relator da comissão de juristas, Luiz Carlos Gonçalves (C), afirma que objetivo da proposta não é cercear a imprensa

de interceptação telefônica ou telemática sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Os juristas agora sugerem também para esse crime uma pena de dois a cinco anos de prisão.

A divulgação passa a ser tratada de forma específica, com a denominação de crime de “revelação ilícita”, para tipificar a informação a terceiros, estranhos ao processo ou a investigação do conteúdo de interceptações legais que devem ser protegidas.

Durante a discussão, outros integrantes da comissão ressaltaram que a imprensa precisa contar com salvaguardas diante da divulgação de dados protegidos. Como salientaram, nas situações em que isso acontece normalmente prevalece o interesse público.

O professor Luiz Flávio Gomes observou que a liberdade de imprensa tem amparo constitucional e também na jurisprudência. A seu ver, as situações “merecem ser examinadas caso a caso”.

Comissão de juristas propõe um capítulo para crimes na internet

Na reunião de ontem, a comissão de juristas também decidiu criar um capítulo específico para os crimes cibernéticos, nele incluindo condutas ainda não tipificadas. É o caso da ação dos *crackers*, que invadem sistemas com o objetivo de destruir ou expor dados.

Ao mesmo tempo, a comissão readequou tipos penais já existentes, para incluir situações em que os crimes são cometidos por meio da internet. Aí se inclui o crime de falsa identidade, que passa a prever um aumento de pena quando cometido no ambiente cibernético. A pena de seis meses a dois anos de prisão poderá ser ampliada em um terço se o autor tiver utilizado o nome de outra pessoa em qualquer sistema informático ou redes sociais.

Além disso, o simples acesso a qualquer sistema

informático realizado sem autorização pode passar a ser crime. Mesmo que o responsável pela invasão não tenha tirado qualquer proveito de informações.

Para punir o chamado crime de intrusão informática, na sua forma mais simples, os juristas sugeriram pena de prisão de seis meses a um ano, ou multa, de forma alternativa.

Os juristas aprovaram ainda a figura do crime de intrusão qualificada, aplicável à obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas, segredos comerciais e industriais, informações sigilosas ou por controle remoto não autorizado do sistema invadido.

A pena será de um a dois anos de prisão, além de multa, podendo aumentar entre um e dois terços, quando houver divulgação de dados.

Corrupção em empresas pode entrar no Código

O crime de corrupção poderá passar a contar com uma descrição específica para punir delitos praticados na iniciativa privada. A comissão de juristas definiu que a pena poderá variar de um a quatro anos de prisão.

Como explicou Luiz Carlos Gonçalves, hoje o crime de corrupção só se caracteriza quando existe o envolvimento de um servidor público.

— No entanto, episódios de corrupção também ocorrem no ambiente privado.

Como exemplo, o procurador citou o caso de alguém que, no setor de compras de uma empresa, aceita uma vantagem indevida para favorecer um fornecedor específico. Gonçalves salientou que, hoje, essa conduta não é descrita como crime, ao contrário do que já acontece em outros países.

Pelo texto aprovado, será crime exigir, solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida, como representante de empresa ou instituição privada, em proveito próprio ou de terceiros, a fim de realizar ou omitir atos inerentes às atribuições da pessoa.

A comissão de juristas também recebeu ontem um grupo de militantes do Movimento Crueldade Nunca Mais, que reúne entidades de proteção aos animais de todo o país. O grupo entregou uma petição com mais de 100 mil apoios *on-line* e outras 60 mil assinaturas físicas pedindo maior rigor nas punições a autores de violência contra os animais.

Senadores pedem mais acesso da população pobre à Justiça

A necessidade de ampliar o acesso da população pobre à Justiça foi defendida pelos participantes da sessão especial do Senado que comemorou ontem o Dia do Defensor Público, transcorrido no dia 19.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) citou dados do IBGE que mostram que 73% da população brasileira não tem condições de pagar um advogado para a defesa de seus direitos na Justiça.

Ela condenou a “defasagem inaceitável” entre as necessidades da população pobre e a pequena estrutura da Defensoria Pública da União (DPU) e apelou à ministra do Planejamento, Miriam

Belchior, para que autorize a contratação dos aprovados em concurso público para a DPU.

Autor do requerimento que resultou na sessão especial,

o senador Gim Argello (PTB-DF) também reforçou os apelos por melhoria das condições de trabalho dos defensores públicos e pela

contratação dos aprovados. Ele informou que o maior volume de causas na Defensoria Pública visa reconhecimento de paternidade e correção de

benefícios previdenciários.

O senador José Pimentel (PT-CE) lembrou que a Emenda Constitucional 45/04 assegura a autonomia administrativa, financeira e orçamentária das defensorias públicas estaduais, mas, segundo ele, há outro desafio: alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para fazer valer o que a Constituição determina.

O defensor público-geral federal em exercício, Afonso Roberto Carlos do Prado, pediu a aprovação da PEC 82/11, que estende à DPU o tratamento legal dado a suas congêneres estaduais, que têm autonomia administrativa e funcional desde 2004.



O defensor público Afonso do Prado observa os senadores José Pimentel e Gim Argello, em sessão especial do Senado

Ana Amélia: políticas permanentes para renda dos produtores rurais

Ana Amélia (PP-RS) defendeu novas políticas do governo para a agricultura. Segundo ela, apesar dos problemas enfrentados pelos agricultores com o clima e com o endividamento, a produção tem espaço para crescer, mas, para isso, o governo precisa oferecer mais do que medidas de socorro imediato.

— É preciso uma política de prevenção, que seja de duração e de estabilidade, para assegurar pelo menos a garantia da renda aos agricultores, através de mecanismos que, no plano da irrigação, sejam eficazes e eficientes — afirmou a senadora.

Segundo Ana Amélia, a agricultura tem tido papel relevante na economia do país, em especial no processo atual de desindustrialização. A senadora disse considerar que o Brasil só tem atingido saldo positivo nos negócios externos por causa do superávit do agronegócio, que garante 30 milhões de empregos.

— Sem esses números, conquistados pela competência do setor do agronegócio, não teríamos registrado superávit, mas déficit.

A senadora também anunciou a realização de um debate pelo Movimento Te Mexe, Produtor!. A discussão está marcada para 9 de junho, na programação da 3ª Expocipó, em Capão do Cipó (RS). Entre os principais temas que serão debatidos, estão o endividamento agrícola e as dificuldades na lavoura em virtude da seca e da ausência de um seguro agrícola.



Pedro França/Agência Senado

Para senadora, há espaço para a produção crescer, apesar dos problemas



Volter Compton/Abbr

Usina de álcool em Goiás: governo federal dá incentivo fiscal para estocagem do combustível na entressafra

Recursos para estocagem de etanol trancam pauta

Medida provisória tem como objetivo manter o preço do álcool combustível estável durante o período de entressafra; caso essa MP não seja votada até a semana que vem, perderá a eficácia

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta do Plenário e precisam ser votadas até a próxima semana para que não percam a eficácia.

A MP 554/11, que incentiva o microcrédito e os produtores de etanol, tiveram os prazos finais de vigência prorrogados para até a quinta-feira da semana que vem, e a MP 555/11, que prorroga contratos do governo nas áreas de meio ambiente e comunicação.

A primeira autoriza a União a utilizar os recursos da Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e de outras fontes para financiar a estocagem de álcool combustível (etanol).

O objetivo é reduzir as variações de preço durante o período de entressafra e contribuir para a estabilidade da oferta do produto ao longo do ano.

Pela medida provisória, que foi alterada pela Câmara e chegou ao Senado na

forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/12, o BNDES poderá emprestar até R\$ 2,5 bilhões a usinas, cooperativas de produtores, comercializadoras e distribuidoras de álcool combustível.

Outros bancos federais que operam com recursos da poupança rural poderão financiar até R\$ 2 bilhões. Esses financiamentos contarão, por cinco anos, com subvenção econômica, na forma de equalização da taxa de juros.

A MP, sob a relatoria de Waldemir Moka (PMDB-MS), autoriza a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização parcial dos custos, às instituições financeiras que fornecem crédito aos empreendedores nas operações de microcrédito produtivo orientado.

Contratos prorrogados

Primeiro item da pauta, a MP 555/11 prorroga até 31 de dezembro o prazo de

vigência de 91 contratos temporários para projetos de cooperação técnica desenvolvidos no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A prorrogação vale para contratos vigentes em dezembro de 2011.

No Ibama e no ICMBio, os projetos têm por objetivo o desenvolvimento de novos processos de conservação dos ecossistemas. No FNDE, são voltados à expansão da educação em todos os níveis, garantindo, de acordo com a exposição de motivos do governo federal, sua qualidade e eficiência.

Caberá ao senador Gim Argello (PTB-DF) apresentar o relatório para essa medida provisória na Casa.

Falta infraestrutura para escoar produção agrícola, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou a audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada na semana passada, sobre a infraestrutura nacional e o escoamento da produção agrícola.

— Discutimos a infraestrutura aquaviária e ferroviária das regiões Norte e Centro-Oeste. Foi um debate muito rico, em que obtivemos um diagnóstico desses dois importantes modais do transporte e da logística voltada para o setor agropecuário. Também recebemos boas notícias sobre investimentos no setor — relatou Gurgacz, que preside a CRA.

De acordo com o parlamentar, a expansão da produção agrícola vem ocorrendo desde a década de 1970, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, mas a infraestrutura para o escoamento de safras não acompanhou esse ritmo, prejudicando os agricultores e encarecendo o produto.

— Temos uma malha rodoviária sucateada e estrangulada, a exemplo da BR-364, que não suporta mais a grande quantidade de carretas que escoam a safra do agronegócio.

O debate teve participação de representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre outros.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com a importância de o Brasil melhorar a infraestrutura logística para escoar a produção agrícola.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Malha rodoviária está estrangulada, a exemplo da BR-364, diz Gurgacz

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Guido Mantega explica hoje novas regras da poupança

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, explica hoje a senadores e deputados as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança. A audiência será realizada em conjunto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e pela Comissão Mista da Medida Provisória 567/12, que instituiu as alterações.

A caderneta rendia ao poupador 0,5% ao mês mais taxa referencial (TR). Com as mudanças, sempre que a meta

anual da taxa básica de juros (Selic) for igual ou inferior a 8,5% ao ano, os depósitos renderão o equivalente a 70% dessa taxa mais a TR. Quando a meta anual da Selic estiver acima de 8,5%, as regras da Lei 8.177/91 continuarão valendo.

Os requerimentos para a realização da audiência são de Eduardo Braga (PMDB-AM) e Delcídio do Amaral (PT-MS). A reunião será às 10h, na Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Paulo Paim reitera urgência de uma reforma tributária



Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a urgência de uma reforma tributária. Segundo ele, medidas paliativas como a desoneração da folha de pagamento implicam redução de custos, mas não se traduzem em aumento formal de empregos.

Paim lamentou que a Proposta de Emenda à Constituição 233/08, que altera o Sistema Tributário Nacional, esteja parada na Câmara há quatro anos. Ano passado, disse ele, a presidente Dilma Rousseff anunciou a intenção do governo de voltar ao tema com estratégia diferente, diante das dificuldades e resistências: em vez de uma reforma global, optou por uma proposta fracionada.

Paim ainda registrou o trabalho desenvolvido pela comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Penal. O atual Código Penal tem 72 anos e precisa ser modernizado para a conjuntura atual, disse Paim.

Crescimento depende de reformas, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou ontem sobre exageros na avaliação otimista da economia. Para ele, o país não tem realizado as reformas estruturais necessárias para sustentar a competitividade e o crescimento econômico.

— Um país, quando cai no ufanismo, tende a não perceber os riscos que vêm adiante — afirmou.

Cristovam comparou a situação do Brasil com a de países da Europa, como Portugal e Espanha, que viviam em “exuberância total” até mer-



gulharem na crise. O senador apoiou a queda dos juros e a recente desvalorização do real, mas citou o endividamento de governo, famílias e empresas como entraves à economia.

— Se não forem tomadas certas medidas, isso vai estourar, como estourou nos Estados Unidos.

Cristovam pediu ênfase à educação como fator de desenvolvimento nacional, pois o Brasil continua sendo, em sua avaliação, campeão de repetência e evasão escolar.

Alvaro Dias critica o excesso de impostos no Brasil



O Brasil precisa de uma reforma tributária urgente, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), para fazer a economia se movimentar mais e até gerar mais arrecadação.

Ele ressaltou que no Brasil trabalha-se cinco meses do ano para pagar impostos. Ele disse que, em 2003, o brasileiro gastava 36,98% do que ganhava com o pagamento de impostos e hoje gasta mais de 40%. A maior parte dos recursos, disse o senador, fica nos cofres da União, provocando reclamações dos estados e municípios e punindo o setor produtivo.

— São 63 tributos! Onde, no mundo, ocorre algo semelhante? — questionou.

Para o senador, é preciso repensar o pacto federativo. Ele também defendeu a PEC 23/09, de sua autoria, que destina parte das contribuições sociais da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Joly, Feldmann, Collor e Lyrio Silva discutem a exaustão dos modelos econômicos diante dos desafios ambientais

Para analistas, Rio+20 deve debater metas sustentáveis

Em debate ontem na CRE, especialistas avaliaram que a conferência marcada para junho, no Rio, será fundamental para a cooperação entre os países em busca do desenvolvimento com preservação

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM em debate na Comissão de Relações Exteriores (CRE) concordaram que é fundamental reconhecer, na reunião de cúpula Rio+20, os limites do planeta. E, a partir disso, desenvolver mecanismos multilaterais para estimular o desenvolvimento sustentável.

Apesar das críticas acerca da pouca mobilização da opinião pública em torno do encontro de chefes de Estado, os debatedores acreditam que o Brasil terá a oportunidade de afirmar seu ponto de vista pela preservação da Terra.

Fernando Lyrio Silva, assessor para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, disse que o evento tem o potencial de gerar uma discussão de grande riqueza envolvendo governo, empresas e sociedade. Em sua opinião, os debates na Rio+20 deverão afastar a polarização Norte-Sul, reabilitando o multilateralismo defendido pela ONU.

— Esse resultado teria possibilidade de traduzir, na prática,

um pouco da discussão em torno da economia verde. Essa tem sido uma discussão conceitual que não tem levado a muito lugar — disse.

Segundo Lyrio Silva, tem sido debatida dentro do governo federal a adequação dos indicadores tradicionais de progresso e desenvolvimento, segundo o conceito de que o produto interno bruto (PIB) não pode ser usado como medida de bem-estar humano.

Carlos Alfredo Joly, professor da Unicamp, detalhou seu trabalho na Comissão Nacional da Rio+20 e explicou a preparação do setor acadêmico para a conferência. Para ele, é fundamental criar uma organização mundial do meio ambiente nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC) que possa impor sanções a países. Joly também sente falta de mais discussão sobre educação nos documentos para a Rio+20:

— Se queremos mudar padrões de consumo, educação é fundamental. Isso deveria estar mais enfatizado —

afirmou o professor.

Fabio Feldmann, ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo, pediu clareza sobre o que o mundo espera da Rio+20 e defendeu o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Para ele, os relatórios do painel “vinculam moralmente” os governos e geram mobilização da opinião pública. Feldmann lembrou a consagração das ONGs na Rio-92, lamentando que na Rio+20 falte mobilização semelhante:

Feldmann espera que a Rio+20 tenha a “audácia” de mostrar os limites do planeta. No mesmo sentido, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu à presidente Dilma Rousseff que manifeste “força moral” diante dos chefes de Estado, mesmo que se arrisque a vaias.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), denunciou a exaustão dos modelos econômicos diante dos desafios ambientais. O senador pediu à presidente Dilma o veto integral ao Código Florestal.

Capiberibe relata evento na Europa sobre sustentabilidade

João Capiberibe (PSB-AP) falou ontem sobre sua participação, em Berlim (Alemanha), na mesa-redonda Sustentabilidade sem Fronteiras, organizada semana passada pela



Aliança Climática, que reúne entidades comprometidas com a agenda ambiental. Criado no fim da década de 1980, o grupo influenciou o Brasil a promover as demarcações das áreas indígenas, segundo o senador.

No evento, Capiberibe detalhou sua experiência, como governador do Amapá,

com políticas públicas fundamentais no desenvolvimento sustentável. Ele mencionou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá e a Escola Bosque, além de uma educação fundamentada na cultura e na experiência das crianças.

Os debates tiveram objetivo, segundo Capiberibe, de mostrar a possibilidade de as comunidades brasileiras e europeias cooperarem, a partir da educação, na construção de um novo processo de desenvolvimento.

Comissão discute cidades sustentáveis

A Comissão de Meio Ambiente discute hoje modelos de sustentabilidade nas cidades, em preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorre em junho no Rio de Janeiro.

Participarão Eduardo Rombauer, do Movimento Nossa Brasília e a professora Elizabeth Marques Pereira, do Centro Universitário UNA, além de representantes do Ministério das Cidades, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da associação Local Governments for Sustainability.

Cassol propõe castração de criminosos sexuais



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Ivo Cassol (PP-RO) voltou a cobrar a aprovação de projeto de sua autoria que prevê castração química para os autores de crimes sexuais contra crianças e adolescentes (PLS 282/11).

Em pronunciamento ontem, ele disse que a punição se justifica em vista do aumento do número de casos em todas as regiões e classes sociais do país.

De acordo com a proposta de Cassol, a castração química dos condenados por pedofilia será decidida pelo juiz, com base em avaliação médica. Em sua opinião, o projeto não afronta os direitos humanos e “só quer tirar o que está atrapalhando a sociedade”.

— Não há qualquer desrespeito à dignidade das pessoas. Há, sim, defesa das crianças, dos adolescentes, da família — afirmou.

O projeto está na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, onde tem como relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), contrário à aprovação. O relator argumenta que a Constituição garante ao preso o respeito à integridade física e moral. Ele lembra ainda que o direito à vida e à integridade física são direitos naturais inalienáveis.

PCdoB defende proteção das mulheres, diz Vanessa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou da 2ª Conferência Nacional sobre a Emancipação da Mulher, realizada no fim de semana passado, em Brasília, por seu partido.

A senadora destacou a aprovação de um manifesto com as reivindicações da militância comunista, como o combate à violência contra a mulher.

Ela enumerou dados apresentados no encontro. A cada duas horas, uma brasileira é assassinada — o país é o sétimo no mundo em número de mulheres assassinadas. A cada cinco minutos, uma mulher é agredida.

A senadora destacou outro ponto do manifesto: a importância da participação das mulheres na política. O documento assinala que as eleições municipais de 2012 são um excelente momento para discutir a ampliação da representação feminina nas câmaras municipais e nas prefeituras.

Segundo ela, apesar de há pouco tempo ter estabelecido sua política de cotas para mulheres, o PCdoB sempre contou com uma ampla participação feminina. Nas eleições de 2010, dos 15 deputados federais eleitos pela legenda, seis foram do sexo feminino.

— A falta de cotas nunca se mostrou empecilho para participação das mulheres no nosso partido.

Alerta foi feito em debate na CDH por especialista que cobrou do Brasil compromisso assumido com a comunidade internacional

Monitoramento da tortura em prisões está atrasado em 4 anos

O BRASIL ESTÁ atrasado em mais de quatro anos na implantação de sistema de monitoramento dos centros de detenção como forma de combater a tortura. O alerta foi feito ontem pela diretora para a América Latina da Associação para Prevenção da Tortura (APT), Sylvia Dias, em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A medida, afirmou, deveria ter sido adotada em janeiro de 2008.

A audiência discutiu o compromisso assumido pelo Brasil, perante a comunidade internacional, de criar o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A iniciativa consta do Projeto de Lei (PL) 2.442/11, de iniciativa do Executivo, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), em análise na Câmara dos Deputados.

Segundo Sylvania Dias, 62 países, 14 dos quais na América Latina, já ratificaram o protocolo facultativo da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a Tortura. O documento instituiu o mecanismo de controle dessa prática.

A advogada Vivian Calderoni, da Conectas Direitos Humanos, explicou que o mecanismo viabilizará a realização de visitas regulares de

surpresa a locais de encarceramento de pessoas, como presídios e hospitais psiquiátricos, por entidades não governamentais. O resultado das vistorias vai gerar recomendações para combater o problema.

— Como esses locais são fechados à sociedade, isso facilita a prática da tortura. Até a Pastoral Carcerária tem dificuldade em denunciá-la — disse.

Vivian e Sylvania, com o apoio do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), fizeram um apelo para que o governo brasileiro torne públicas as recomendações ao país contidas no relatório de visita do Subcomitê para a Prevenção da Tortura da ONU.

Em setembro de 2011, o organismo manteve contato com autoridades brasileiras e representantes da sociedade civil. Também vistoriou presídios, unidades de internação de jovens infratores e outros centros de detenção. A identificação de eventuais casos de tortura e maus-tratos consta do relatório, entregue confidencialmente ao governo.

Primeiro no Rio

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a implantar o mecanismo, no ano passado, por meio da aprovação de lei estadual pela Assembleia Le-

gislativa. Sandra Carvalho, diretora da organização não governamental Justiça Global, lembrou na audiência de ontem que a negociação com os deputados estaduais durou meses.

Sandra ressaltou que cargos e salários foram criados, mas não ocorreu o mesmo com os recursos para viabilizar a estrutura física da atividade.

Trabalho escravo

O debate na CDH foi motivado por denúncias de tortura e de trabalho escravo levadas a Paim pelo deputado estadual Miki Breier, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Relatório da Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (Acat-Brasil) revelou, segundo o senador, que em 100 dos 194 países que integram a ONU a prática ainda acontece com regularidade.

— No Brasil, a tortura vem sendo mais praticada em prisões, para obter confissões, e em operações policiais nas favelas, pegando mais os negros e pobres — disse o senador.

Paim cobrou empenho da Câmara para aprovar a PEC do Trabalho Escravo, violência que ele incluiu entre as formas de tortura.



Vivian Calderoni, deputado estadual Miki Breier (RS), senador Paim e Sylvania Dias discutem, na CDH, o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura

Pastoral quer incluir comunidades terapêuticas

As comunidades terapêuticas, que tratam de viciados em drogas e estão, em geral, vinculadas a entidades religiosas, também devem ser incluídas entre as instituições a serem visitadas por meio do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Foi o que sugeriu o advogado José de Jesus Filho, da Pastoral Carcerária, no debate de ontem na CDH.

— Nas comunidades terapêuticas há casos de internação compulsória, ou seja, há casos de privação de liberdade. Portanto, elas devem ser visitadas —

disse José de Jesus, acrescentando que “há, inclusive, denúncias de tortura em algumas dessas comunidades”.

Segundo o advogado, o projeto que tramita na Câmara dos Deputados precisa de alterações para que seja garantida a independência do grupo que vier a compor o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Ele argumentou que o texto atual, no que se refere à escolha dos membros do colegiado, “abre caminho para o favorecimento e o apadrinhamento nas nomeações”.

— A sociedade tem que ter a oportunidade de escolher os membros e de se candidatar para esses cargos, a partir de um processo público e transparente — afirmou José de Jesus.

O mecanismo previsto no PL 2.442/11 foi apresentado pelo governo brasileiro como resultado de acordo internacional contra a tortura, firmado pelo Brasil com a ONU no final de 2007. Pelo projeto, devem ser visitadas as instituições públicas e privadas em que há privação de liberdade, como presídios e hospitais psiquiátricos.